



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA-GERAL**

Dispõe sobre a prestação de serviços extraordinários pelos(as) servidores(as) que atuam como assistentes de juiz para a elaboração de minutas de sentença durante o recesso forense, no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2023 e 5 de janeiro de 2024.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo PROAD nº 21.206/2023,

CONSIDERANDO a Resolução nº 101, de 20 de abril de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe nº 466, de 18 de abril de 2016, que estabelece critérios para o regime de serviço extraordinário no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região;

CONSIDERANDO o objetivo de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, inserido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, que materializa, na prática judiciária, o comando constitucional da duração razoável do processo;

CONSIDERANDO a insuficiência de mão de obra para fazer face à demanda de processos distribuídos ao longo do exercício de 2023, resultando em acúmulo de feitos pendentes de análise e elaboração de minutas de sentença no 1º grau de jurisdição; e

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no Processo de Controle Administrativo nº 1352-46.2015.5.90.0000, com efeito vinculante em relação a todos os Tribunais Regionais do Trabalho, nos termos do artigo 111-A, § 2º, II, da Constituição Federal, no sentido de que é possível recompensar o trabalho prestado durante o recesso forense com o pagamento de horas extraordinárias ou a compensação de folgas em dobro, à opção do servidor, inclusive dos comissionados,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados(as) a prestar serviços extraordinários durante o recesso forense, no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2023 e 5 de janeiro de 2024, os(as) servidores(as) que atuam como assistentes de juiz (FC 5) para elaboração de minutas de sentença no 1º grau de jurisdição.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no caso de inexistência de passivo, ou, uma vez exauridos os processos conclusos para julgamento ao(à) magistrado(a) ao(à) qual se encontra vinculado(a), o(a) servidor(a) poderá prestar serviços extraordinários a magistrado(a) diverso(a), respeitado o limite de minutas previsto no parágrafo único do art. 3º desta Portaria.

Art. 2º Durante o período autorizado de serviços extraordinários, os(as) servidores(as) trabalharão na elaboração de minutas de sentença em processos que estejam conclusos para julgamento.

§ 1º Na seleção dos processos, os(as) magistrados(as) auxiliados(as) deverão priorizar os feitos que estejam conclusos para julgamento por um maior período de tempo.

§ 2º Os serviços extraordinários de que trata o *caput* serão realizados de segunda a sexta-feira, ao longo do período de recesso forense, exceto nos feriados de 25 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro de 2024, nas dependências do Tribunal ou à distância, mediante prévia autorização do(a) magistrado(a) auxiliado(a).

§ 3º A jornada de trabalho dos(as) servidores(as) durante o recesso forense não poderá ultrapassar o limite de 8 (oito) horas diárias.

Art. 3º Cada minuta de sentença elaborada terá valor equivalente a 4 (quatro) horas de trabalho.

Parágrafo único. O número de horas de trabalho durante o recesso forense não poderá ultrapassar o limite de 44 (quarenta e quatro) horas, equivalente a 11 (onze) minutas de sentença elaboradas por servidor(a).

Art. 4º Os(as) magistrados(as) auxiliados(as) deverão publicar as sentenças elaboradas durante o recesso forense até o dia 31 de janeiro de 2024, informando à Diretoria-Geral a quantidade de minutas concluídas por servidor(a), identificando os números dos respectivos processos, a data de entrega e da publicação.

Parágrafo único. As informações serão prestadas mediante o preenchimento e envio de relatório por meio de processo administrativo eletrônico (PROAD-OUV), cujo modelo consta do Anexo I desta Portaria, ficando o pagamento das horas extras condicionado ao atendimento do *caput*.

Art. 5º Fica autorizada a remuneração das horas extraordinárias trabalhadas na forma desta Portaria, com adicional de 100% (cem por cento), nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução CSJT nº 101/2012.

Parágrafo único. Mediante opção do(a) servidor(a), desde que autorizado(a) pelo(a) magistrado(a) ao(à) qual se encontra vinculado(a), as horas trabalhadas poderão ser computadas para compensação, observado o interesse do serviço.

Art. 6º A remuneração das horas extras será efetivada na folha de pagamento do mês subsequente à comunicação, desde que observado o prazo do art. 4º desta Portaria.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(assinado eletronicamente)
GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO
Desembargador – Presidente
TRT da 18ª Região

